



“ABEIRANDO”: NAVEGAÇÃO IGARUANA EM SÍTIOS E ROTAS NA AMAZÔNIA ESTUARINA

José Guilherme Santos Fernandes

Universidade Federal do Pará

Daniel Santos Fernandes

Universidade Federal do Pará

Lyanh Lopes Pinto

Universidade Federal do Pará

Marcos Cesar da Rocha Seruffo

Universidade Federal do Pará

RESUMO

O objetivo deste trabalho é reconhecer a herança cultural ameríndia na costa atlântica amazônica e promover a identidade autóctone para o desenvolvimento local. Para tanto, através de pesquisas in situ, com levantamentos arqueológicos e etnohistóricos e a pesquisa documental, reiteramos a hipótese de movências de populações ameríndias e Quilombolas na região, o que legou vestígios em artefatos e também na memória dos nativos e em suas práticas laborais, assim como na toponímia, levando-nos a considerar sítios e rotas no estabelecimento das populações igaruanas, em suas migrâncias e trocas interculturais. Certamente esta aproximação de povos a partir do estuário amazônico, mais que a construção de territorialidades, é o reconhecimento de imbricações de etnias na antropização da Amazônia mediante a navegação costeira, “abeirando” o litoral.

Palavras-chave: antropização, autóctones, navegação, estuário amazônico.

“ABEIRANDO”: Igaruana navigation in sites and routes in the estuarine Amazon

ABSTRACT

The objective of this work is to recognize the Amerindian cultural heritage on the Amazon Atlantic coast and to promote the autochthonous identity for local development. Therefore, through in situ research, with archaeological and ethnohistorical surveys and documentary research, we reiterate the hypothesis of movements of Amerindian and Quilombola populations in the region, which left traces in artifacts and also in the memory of the natives and in their work practices, as well as in toponymy, leading us to consider sites and routes in the establishment of the Igaruan populations, in their migrations and intercultural exchanges. Certainly, this approximation of peoples from the Amazon estuary, more than the construction of territorialities, is the recognition of ethnic imbrications in the anthropization of the Amazon through coastal navigation, “bordering” the coast.

Keywords: anthropization, autochthones, navigation, amazonian estuary.

INTRODUÇÃO

Na composição musical *Pacará*, do poeta e compositor paraense Ruy Guilherme Paranatinga Barata (1920-1990), temos a descrição da maré na confluência da baía do Marajó com o oceano Atlântico, mais precisamente na costa do município da Vigia, contígua ao território de São Caetano de Odivelas (ver Figura 1), na microrregião do Salgado paraense. Por sinal, os dois municípios localizam-se no que poderemos classificar em uma “esquina”, entre a baía do Marajó, oriunda da foz do rio Pará, e o oceano Atlântico, no litoral paraense, o que designamos como Amazônia Atlântica.

Pacará, Pacarazinho,
sou teu mestre-professô,
arrepara os beijo d’água,
que lá fora se formô.
Toma tento no repique,
que o vento já repicô.

Maré cheia, ô maré cheia, ô maré cheia,
ô maré cheia, tão cheia de mar.
(Letra da composição musical *Pacará*, de Ruy Barata)

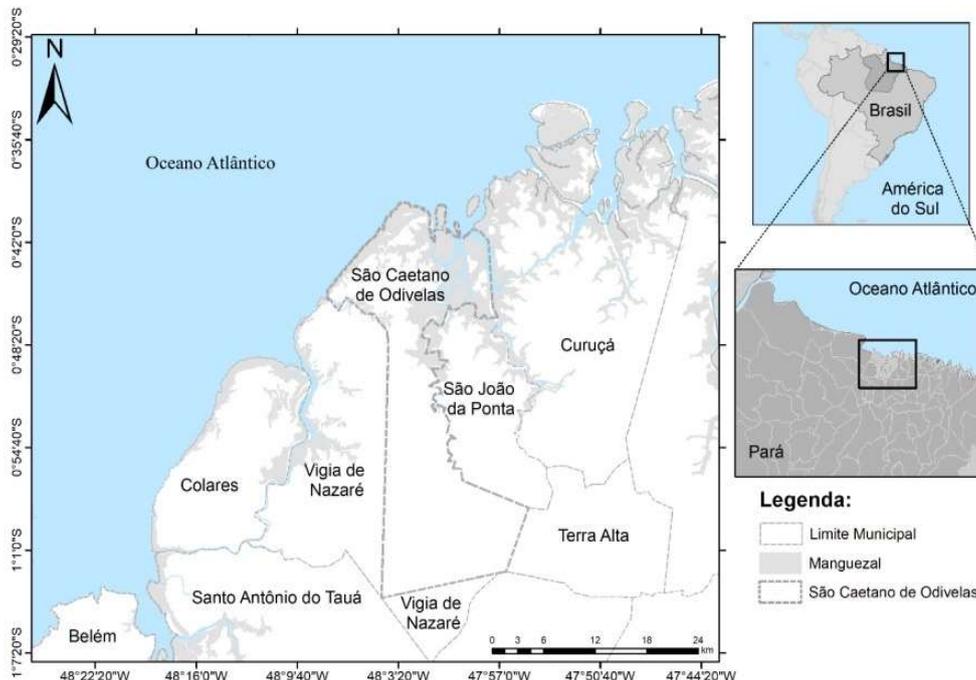


Figura 1. Mapa de localização de São Caetano de Odivelas e áreas contíguas.

Fonte: Laboratório de Análise da Informação Geográfica/UFPA.

Também o poeta sentencia que “o mar não tem cabelo / e o vento não tem mulher”, em outra parte de sua composição, lembrando-nos, em especial aos nautas, que navegar por aquelas paragens significa saber que inexistem amarras no mar para que as embarcações se segurem durante a força das marés, e que qualquer vacilo pode acarretar no encalhe das embarcações nos bancos de areia e rochas ou, ainda pior, no naufrágio. Não há notícias ao certo, mas é fato que desde a viagem de Francisco Caldeira Castelo Branco (1566-1619), capitão-mor português que fundou a cidade de Belém do Grão Pará (1616), ou simplesmente Belém do Pará, há referência à dificultosa navegação do litoral compreendido entre São Luís do Maranhão e a capital do Estado do Pará, em vista da extremamente recortada costa de rias, com sem número de baías, ilhas e foz de rios, evitando a realização de navegação mais regular, visto que além do litoral acidentado ainda há as fortes correntes marítimas, que tendem a lançar os barcos para alto mar. Diz-nos o capitão Antônio Pereira, da expedição de Castelo Branco ao chegar na confluência do oceano Atlântico com o rio Pará:

Chegadas a este grande rio, e tendo andado 150 léguas pela costa, e o rio tem de largo 120 léguas, tudo água doce até entrar no mar 60 léguas, em aquele tempo trazia mui furiosa corrente por ser inverno, entrou a Armada por um braço estreito que está na ponta a que chamam Saparará, na parte leste, e não dando que da mais largura do rio fomos sempre por entre ilhas caminhando pelo rio acima (apud AMARAL, 2004, p.55).

Datada de janeiro de 1616, esta Relação da expedição lusitana pode ser considerada uma das primeiras referências à dificultosa navegação da costa paraense. Mas certamente não é a única, o que já havia sido atentado, ainda no século XVII, pelo jesuíta João Filipe Bettendorff, que se estabeleceu em 1661 no Maranhão e depois no Pará. Como resultado dessa experiência no norte do Brasil escreveu *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão (1699)*. Nesta obra, em diversos momentos, trata de episódios que envolvem direta ou indiretamente a navegação da costa entre Pará e Maranhão, posto que com frequência os religiosos se deslocavam neste trecho, entre Belém e São Luís e vice-versa, em atendimento à missão que a Companhia de Jesus desenvolveu ao longo do século XVII. Ao tratar da navegação costeira pela ilha do Maranhão, afirma a necessidade de cautela por parte dos pilotos por haver costas muito perigosas, “principalmente da baía do Maracanã por diante, em razão dos baixos chamados Tijoca, onde perigam e se perdem as embarcações às vezes menos acauteladas, por se fiarem demasiadamente e chegarem muito para a terra” (BETTENDORFF, 2010, p.11).

Ainda nesta obra, um episódio marcante decorrente da perigosa navegação pela região da Ponta da Tijoca diz respeito ao naufrágio do governador geral do Maranhão Pedro de Melo e Albuquerque, procedente de São Luís em chegada ao

Pará, quando encalha nos baixios: “estão na barra uns baixios chamados de Tijoca, nos quais deram pela pouca notícia, ou pela pouca cautela do prático, de sorte que lhes ficou lugar para acudir ao menos à vida do governador e de alguns dos outros mais” (Idem, p.73). Tiveram tempo ainda, antes que a embarcação se desmontasse levada pelas ondas e batendo nos rochedos, de chamar socorro de outras embarcações dos indígenas da ilha do Sol (atual ilha de Colares), que resgataram grande parte da tripulação. No entanto, não puderam ser socorridos de imediato os padres Nicolau Teixeira e Francisco Pires, e ainda um terceiro irmão, que se lançaram à sorte na correnteza, em balsas improvisadas. Ao sabor da maré foram dar na costa da ilha do Marajó, o que lhe custou a vida, pois foram capturados, mortos e comidos pelos indígenas canibais da etnia Aruã. Provavelmente este episódio seja um dos motivos que logo os portugueses buscaram caminho alternativo terrestre para a comunicação entre São Luís e Belém (CAPISTRANO DE ABREU, 1930).

Este mesmo autor, citando Padre Antônio Vieira, já dizia que os ventos alíseos e as correntes marítimas equatoriais – notadamente a corrente do Golfo –, originadas no Atlântico entre a África e o Brasil, eram extremamente violentas na costa norte e empurravam qualquer embarcação para longe do continente, em direção ao Caribe:

é notável a força que em todo aquelle cotovello de costa faz o ímpeto da corrente, levando após si não só tanta parte da mesma terra que tem comido, mas ainda aos próprios céos e os ventos que em companhia das águas e como arrebatados dellas, correm perpetuamente de Léste a Oéste. Com esta contrariedade continua das águas e dos ventos, que ordinariamente são brisas desfeitas, fica toda a costa deste Estado quasi innavegavel para barlavento, de sorte que do Pará para Maranhão de nem um modo se póde navegar por fóra (Idem, p.104).

Bettendorff retrata evento em que esteve na iminência do naufrágio nos baixos da Tijoca, tendo recorrido à Virgem da Conceição, que, segundo ele, os acudiu e guiou a caravela por entre os canais e a arrebentação do mar, no que ele concluiu após o sucesso da passagem pela região: “mandando ir a nau entre o medo e a esperança (**o capitão**), logo na mesma paragem onde lhe parecia havia de perecer achou-se em nove braças de água, com que ressuscitaram todos como da morte para a vida” (op.cit, p.332). Mesmo no século XIX, com o advento de embarcações mais seguras, como o vapor, o mar traiçoeiro da região ainda é sobrelevado, como na chegada do médico e explorador alemão Robert Avé-Lallemant, em junho de 1859:

A duas ou três milhas de distância de terra, rugia o mar contra um comprido banco de areia, chamado Espadarte; a quatro milhas do continente, os traiçoeiros arrecifes de Tijiocas, meio submersos; o vapor navegava habilmente entre os dois, enquanto ao norte um brigue estava sendo guiado por um cúter da praticagem para as águas livres do canal navegável; entre o Espadarte e o continente singravam tranquilamente barcos menores.

O banco de areia e os arrecifes assinalam a foz do Grão Pará. Com tempo bom, o rio e o oceano marulham moderadamente, contra esses baixios. Durante as tempestades, porém, uiva sobre eles forte rebentação, que se avista de longe e indica aos navegantes, tão seguramente quanto um piloto, o caminho marítimo para dentro do rio. O vapor cortava, por certo, com toda força e a toda velocidade, a maré pardacenta (1980, p.28).

Em vista dos relatos apresentados, notadamente do colonizador advindo de terras d'além-mar, ficamos a nos questionar se as populações aqui existentes desde o período pré-colombiano também enfrentavam as mesmas dificuldades de navegação pelo litoral amazônico paraense. Em todo caso, essa dificuldade não impediu que os povos originários se estabelecessem no litoral, por isso a existência de sambaquis, como o sambaqui Porto da Mina, no município paraense de Quatipuru (LOPES, 2016), que foi utilizado para realização de sepultamentos e, também, para habitação de grupos sociais que possuíam o domínio de um vasto território para uso, inclusive o de rotas fluviais, marítimas e caminhos interiores (continentais).

Isso tudo significa dizer que nestas paragens havia grupos sociais antes do advento da colonização europeia, que já possuíam um vasto conhecimento, saberes e fazeres a respeito dos ecossistemas amazônicos e que, sem dúvida, esses conhecimentos acumulados acerca do ambiente traçaram o domínio do território para a subsistência e defesa, além do repasse desse conhecimento às novas gerações. Neste cenário, a navegação é certamente uma tecnologia ímpar, tanto para a busca de áreas de produção alimentícia quanto para ações de dominação do território e de possíveis trocas entre grupos sociais ameríndios: esta é nossa hipótese para o presente estudo.

O problema fundamental é que, como a primeira região a ser explorada, escravizada, dominada e destruída pelos colonizadores, quase nada restou no litoral amazônico e paraense de aparente presença indígena na atualidade. Portanto, nosso objetivo é: a) promover a etnohistória indígena da região, através de informações acerca de práticas de navegação costeira entre furos e canais estuarinos; e b) destacar as relações interculturais decorrentes dessa navegação, que propiciaram espaços enredados (*territorialité enchevêtrée* segundo Éthier

2018), a partir de dinâmicas de encontros e coexistência de grupos ameríndios diversos, gerando rotas e sítios autóctones oriundos de conflitos, tensões, negociações e acordos, conforme o uso do território que cada grupo pretendia. Para tanto, utilizaremos como objeto de pesquisa documentos e relatos de viajantes (material escrito); cartografia, toponímia e fotografias (material imagético); e a pesquisa de campo de teor etnográfico e arqueológico (material oral e artefatos), com recorte especial ao município de São Caetano de Odivelas¹, na mesorregião do Salgado no Estado do Pará.

ARGONAUTAS, IGARUANAS E JACUMAÍBAS

Na mitologia grega, os argonautas eram os tripulantes da nau Argos, que partiram em busca do velocino de ouro, tesouro depositado na ilha de Cólquida. Para chegarem até lá, tiveram que passar por série de provações e obstáculos, para demonstrarem seu valor e heroísmo na conquista do velo, realizando tarefas segundo suas capacidades, como animar os remadores com música, construir o navio, utilizar habilidades para a navegação, obter proteção contra os naufrágios. Esta natureza heroica e marítima dos gregos parece ser replicada em outros povos, daí que nos anos de 1914-18 o etnógrafo Bronislaw Malinowski realizou estudo de campo, inaugural da moderna antropologia, em que praticou a observação participante junto aos nativos das ilhas Trobriand, próximas à Nova Guiné, na Oceania, a partir do ritual do Kula, sistema de trocas que organiza as instituições sociais entre os nativos. Esta experiência gerou o livro *Os argonautas do Pacífico Ocidental*, publicado em 1922.

Este livro traz a vivacidade de um ritual em que a cultura marítima é razão da organização social. Por isso nos interessa a fim de firmarmos liames entre estes novos argonautas da Polinésia e os navegantes igaruanas, que começamos a descortinar no litoral estuarino amazônico. Sendo um sistema ritual de trocas, o Kula está enraizado no mito e apresenta regras precisas para se efetuar a transação de troca de colares (*soulava*) e pulseiras (*mwali*) ornamentais, que são levados de ilha a ilha que faz parte do arquipélago de Trobriand, em circuito de navegação em que se desenrola o ritual. Mais que um ritual, o Kula organiza, paralelamente, uma ampla instituição social, em que, periodicamente, através de rotas comerciais bem definidas, os grupos sociais habitantes do arquipélago se encontram para trocar mercadorias utilitárias que são produzidas somente na ilha originária daquele produto a ser trocado, o que estabelece relações interculturais equilibradas, baseadas em associação de pares que duram toda a vida: "elle implique des devoirs et des privilèges mutuels variés, et constitue un exemple type de rapports intertribaux sur une grande échelle" (MALINOWSKI, 1989, p. 144).

Além do recorte sociológico na compreensão do Kula é necessário entender que há empreendimento de caráter tecnológico local, quando para efetivar o ritual os nativos devem saber como construir às canoas para que se garanta a velocidade, a flutuabilidade e a estabilidade, bem como ter bons conhecimentos sobre o mar e

a distribuição de tarefas para a navegação: regularidade dos ventos, rotas com visualização constante do continente ou bancos de areia, rituais mágicos para invocar a boa navegação, conhecimento sobre o céu e as estrelas, manuseio da embarcação, vocabulário próprio das operações náuticas e divisão do trabalho de marinhagem. Neste particular, encontramos aproximação com o relato do Padre João Daniel (1722-1776), religioso da Companhia de Jesus que esteve no Pará entre os anos de 1741 e 1757, e que durante sua prisão em Lisboa, por ordem do Marques de Pombal, produziu a obra *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas* (2004). Em determinada passagem o religioso trata da produção de canoas pelos indígenas, afirmando que são embarcações inteiriças, feitas de um tronco só, utilizando poucos materiais na fabricação; e conclui: “ainda hoje vivem contentes os selvagens, porque não necessitam de barcos de carga, mas só quanto lhes basta para navegar” (DANIEL, 2004, p.509). Certamente estas embarcações eram apropriadas para a finalidade indígena, que não via a exploração da terra e a grande produção como finalidade de sua existência, daí serem as canoas de tecnologia mais simples.

E o conhecimento náutico desses indígenas amazônicos não deveria ser desconsiderado, posto que

São os rios, por conseguinte, que integram e que aproximam. É nesse ambiente fluvial que a precisão de índios para remarem as embarcações (barcos, canoas, ubás, etc.) se mostrará sobremaneira importante. Tais embarcações seriam indispensáveis, uma vez que sem elas os habitantes ficariam encurralados em suas povoações sem meios de locomoção essenciais. Seriam as embarcações, portanto, praticamente os únicos meios de transportes para uma região toda recortada de rios e desconhecida da maioria dos europeus. E se por um lado as embarcações eram indispensáveis na Amazônia colonial, por outro o trabalho dos índios como remeiros o era ainda mais (FERREIRA, GUZMÁN, 2012, p. 4).

Vale lembrar também que Padre João Daniel enfatiza a derradeira necessidade de se aliar aos indígenas, visto que eles: “São os práticos e pilotos da navegação, e os marinheiros, ou remeiros, das canoas, e são tudo; sem eles se não podem roçar as matas, se não podem navegar os rios, se não podem penetrar os centros, se não podem subjugar os levantados” (Idem, p.247). Mesmo considerando-se a ampla utilidade e necessidade da mão-de-obra e conhecimento indígenas na Amazônia colonial, detemo-nos na importância de nautas que os indígenas tiveram na colonização e descoberta da Amazônia pelos europeus, naquele momento, fato por vezes invisibilizado na atualidade, na região costeira. Por isso, outro religioso, Padre Antônio Vieira, referiu-se aos nativos como “igaruanas”. Porque já dizia Vieira acerca da população do Grão Pará e Maranhão:

São os maranhões muito assinalados entre os índios, por serem eles, ou os primeiros inventores de sua náutica, como gente nascida e mais criada na água que na terra; ou certamente porque com sua indústria adiantaram muito a rudeza das embarcações bárbaras, de que os primeiros usavam. Tanto assim que a principal nação daquela terra temendo o nome da mesma arte de navegar e das mesmas embarcações, em que lá navegavam, se chamam igaruanas, porque as suas embarcações, que são as canoas, se chamam na língua igara, e deste nome igara derivam a denominação de igaruanas, como se disséssemos os náuticos, os artífices, ou os senhores das naus (VIEIRA, 1998, p.303).

Os primeiros religiosos na Amazônia oriental estão de acordo ao dizer que os indígenas da região eram exímios navegantes e construtores de naus, o que nos leva a crer na enorme capacidade náutica dessa população, a quem os portugueses colonizadores deveram muito, por terem sido seus "professores", como os primeiros conhecedores e praticantes dessa cultura náutica e de suas rotas fluvio-marítimas; afinal, como disse Vieira, dessa gente indígena "se diz com propriedade que andam mais com as mãos que com os pés, porque apenas dão passo que não seja com o remo na mão" (Idem, p.302).

Desconhecer ou não aceitar os avanços de povos autóctones na construção de conhecimento local náutico é ter uma postura etnocêntrica em favor da cultura do colonizador. E esse reconhecimento, o qual procuramos apresentar neste trabalho, também se desenvolve em outras áreas do mundo, como a exemplo da região chino-nipônica. Em recente estudo intitulado "Palaeolithic voyage for invisible islands beyond the horizon" (KAIFU, KUO, KUBOTA & JAN, 2020) afirma-se que na dispersão mundial dos povos, iniciada entre 70 a 50 mil anos BP, deve-se considerar que a migração marítima foi fundamental, o que só foi possível com a tecnologia dos povos locais de navegação no paleolítico. O estudo demonstra evidências da travessia deliberada e não acidental entre Taiwan e as ilhas Ryukyu, através de um oceano desafiador, o Mar da China Oriental, em que há a presença de uma das correntes marítimas mais intensas do mundo, a Kuroshio. Segundo os autores, "The evidence reported here from another area of the region signals that such maritime activities were expanding and growing during the Marine Isotope Stage 3, as people's active exploitation of new environments associated with some technological advancement such as fishhooks and new watercrafts" (2020, p.8). Somente com o conhecimento acumulado acerca das correntes e a observação minuciosa das terras e ilhas de entorno é que seria possível a navegação que levasse os autóctones a avistar, das montanhas costeiras de Taiwan, o horizonte em que se avizinha a ilha de Yonaguni, a primeira do arquipélago e ponte para as demais ilhas que se dispõem em sequência: tudo isso só seria possível com observação e exploração apoiadas em avanço tecnológico.

Aliado a estes aspectos, há de se crer que os mais experientes navegantes autóctones, do passado e do presente, tivessem seu reconhecimento, em uma hierarquia dos mais neófitos aos mais experientes, com destreza em conduzir várias embarcações, como canoas, igarités, vigilengas, montarias e afins; como sinaliza o fragmento abaixo:

Tanto quanto os índios remeiros (e quem sabe até mais) os índios práticos, também chamados de pilotos ou jacumaúbas (ou jacumaíbas), eram extremamente importantes nesse ambiente de rios, já que eram os únicos que detinham o conhecimento dos caminhos fluviais (...). Os jacumaúbas, portanto, tinham um papel fundamental, uma vez que detinham um conhecimento precioso sobre a geografia e as condições básicas da navegabilidade dos rios (FERREIRA, GUZMÁN, 2012, pp.12-13).

Em nossa pesquisa de campo, realizada em dezembro de 2021 na comunidade de Santa Maria da Barreta, município de São Caetano de Odivelas, Estado do Pará, pudemos (re)conhecer um autêntico “jacumaíba” do território odivelense, Domingos Albuquerque, o Mucá, 74 anos, morador daquela comunidade, pescador a vida toda e certamente herdeiro dos ancestrais ameríndios que legaram a navegação de beira-mar, ou “abeirando”, pelos furos e ilhas oceânicas do Salgado paraense, deixando-nos na memória laboral sítios e rotas que agora nós lançamos a encontrar, o nosso elo perdido do rio Barreta: “o meu mesmo chama-se rio Barreta, foi lá que eu me criei desde bebezinho”, sentenciou Mucá, como a nos dizer da sapiência e experiência acumulada naquele espaço.

O “ELO PERDIDO” DO FURO SECO E A TERRITORIALITÉ ENCHEVÊTRÉE

A aproximação de nossa equipe com Mucá se deu pelos idos dos anos 2000, quando estava presidente da Colônia de Pescadores Z-4 (Sã Caetano de Odivelas). Desde lá, Mucá demonstrou ser um grande parceiro e interlocutor acerca dos conhecimentos de pesca e navegação da região, por isso nosso natural reaproximação no sentido de ser um colaborador de pesquisa. Mesmo porque é morador de uma das vilas que se instalaram na bacia do rio Barreta, corpo d’água que, em nossa hipótese, era a principal via de acesso entre o lado oeste, ou seja, o rio Pará e Baía do Marajó, e o lado leste, ou seja, a foz do rio Mojuim, a partir da qual se abrem diversas vias paralelas ao oceano, através de furos e ilhas, dentre as quais é possível navegar abeirando o mar, sem, no entanto, receber toda a potência das marés e das ondas da região da Tijoca e da faixa de praia do Salgado paraense. Relato que vem ao encontro de nossa hipótese já era aventado por Lustosa, padre que, em suas visitas pastorais, registrou as condições de navegabilidade da região:

Na viagem que íamos fazendo ao longo do "Laura" – furo de muito trânsito de canoas – renovávamos a recordação de outra viagem há três anos realizada por ali para o mesmo fim. Os canoieiros que da Vigia, de Curuçá, de Marapanim e de outras cidades e vilas do litoral vão a Belém, quando viajam "por dentro" passam pelo furo da "Laura", Baía do Sol ou Baía de Guajará. "Por dentro" quer dizer: por entre as ilhas para evitar as marés agitadas que por vezes sacodem as canoas (LUSTOSA, 1976, p.71).

No registro acima temos a descrição do trajeto das embarcações pelo Furo da Laura, que é a foz do rio Guajará-Mirim, cerca da cidade da Vigia. Após passarem por este furo, viajando "por dentro" para evitar a força das marés da beira de praia, o navegante se dirigia para o norte e então, na margem direita, adentrava o rio Barreta e o Furo Seco, a fim de seguir viagem, por dentro, ou seja, pelos furos e ilhas. Daí alcançava o rio Mojuim e mais facilmente poderia chegar às demais vilas e cidades do Salgado.



Figura 3. Foto de Mucá, manejando a embarcação em nossa expedição ao Furo Seco, em dezembro de 2021

No relato de Mucá isso fica mais explícito, ao conversarmos durante a expedição que fizemos, em dezembro de 2021, para refazermos o acesso do Barreta ao Mojuim. Atualmente, essa via está cortada pela rodovia PA 140, de acesso à cidade de São Caetano de Odivelas, e que a 5 quilômetros da cidade corta extensa faixa de manguezais, exatamente onde antigamente havia a passagem entre os rios Barreta e Mojuim, que era chamada de Furo Seco pelos nativos:

A gente vinha muito por aqui...quando o pessoal não queria passar a canoa lá pelo Taipú, a gente vinha por aqui (...). A gente limpava tudo e vinha por aqui. Chegava ali na estrada, antes de botarem o aterro da estrada, a gente passava por lá, sem perigo nenhum. Ia embora e pegava o igarapé lá do outro lado e ia lá pro Mojuim [Pesquisador: Era o Jutai, era?]. Não, era o Tapiocaba, as cabeceiras do Tapiocaba, perto lá do Seu Onório, lá da Conceição (Fala de Mucá).

Com o advento da estrada, mesmo assim os nativos, para fugirem da fúria do litoral, ainda realizavam a passagem por cima da estrada, até certo tempo:

Depois que botaram a estrada, a gente botava um bocado de rolinho de pau e uma canoa, que nem essa [batidas com a mão no casco da canoa, para reiterar o tamanho e a dureza da embarcação em que estávamos] a gente empurrava e aí passava pro outro lado da estrada e fazia o mesmo serviço. Agora cerrou, o pessoal não limpou mais, aí ninguém quer mais vir por aqui (Fala de Mucá).

O que podemos observar é a importância do Furo Seco na ligação entre o leste e o oeste do litoral da Amazônia paraense, para se garantir uma navegação mais segura, o que foi confirmado por nossa expedição, ou seja, esta passagem pode ser considerada como o elo perdido que faltava para compreendermos a navegabilidade e as movências de populações pré-colombianas na região. Acreditamos que essa via seja herança de povos indígenas ali instalados, o que pode ser indiciado pela numerosa toponímia de lugares, sejam vilas ou acidentes geográficos, como nome de rios e de pontas fluviais e marítimas, e que construíram uma rede de sítios e rotas fluvio-marítimas na região. Podemos exemplificar com algumas referências.

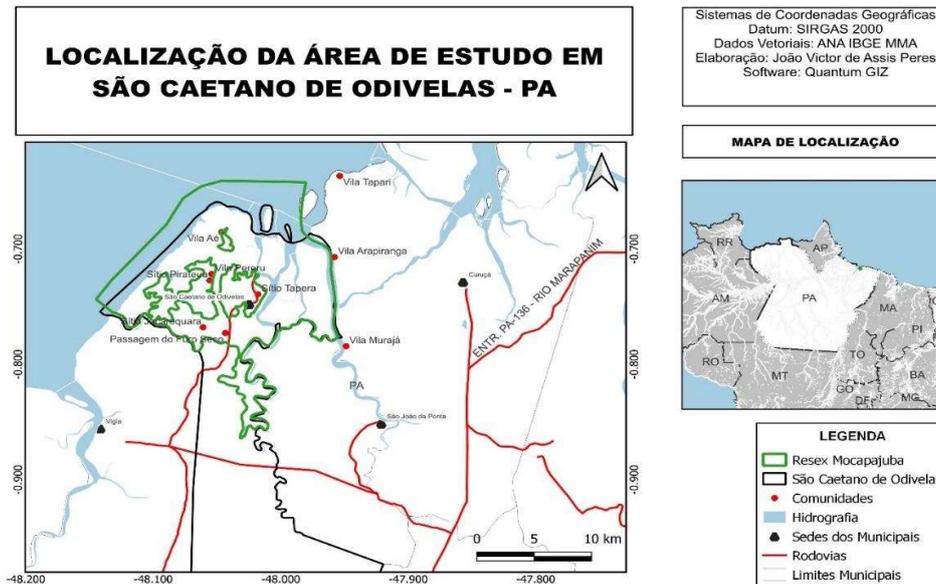


Figura 4. Localização de vilas e sítios, de toponímia indígena, e da Passagem do Furo Seco

Fonte: João Victor Peres.

Observamos, no mapa acima, a disposição de algumas localidades dos municípios de São Caetano de Odivelas e de Curuçá que têm sua toponímia de origem indígena, conforme disposto nas obras de Stradelli (1929), de Bueno (2008) e de Cardoso (1961):

a) Vila Tapari (1) – possivelmente a toponímia era “Itapari”, mas a vogal inicial deve ter sido retirada com o recorrente uso oral do vocábulo. Sua formação é decorrente de itá (pedra) + pari (lugar de pesca, pesqueiro), o que remete à ideia de que a localidade surge como um lugar privilegiado para a pesca, uma vez que uma das práticas pesqueiras indígenas era a pesca entre as pedras, quando da maré baixa. Ainda hoje, observa-se a grande presença de rochedos em frente à vila.

b) Vila de Arapiranga (2) – a formação da toponímia é decorrente de ara (superior, lugar alto, claridade) + piranga (peixe vermelho), provavelmente referência à localização da vila, no alto de uma falésia, e possível local de desembarque ou de pesca de determinado tipo de peixe. Também, por se localizar frente ao poente, uma possibilidade é a visão que se apresenta, do alto da falésia, do ocaso.

c) Vila de Murajá (3) – aparentemente é uma variação da palavra mucajá, que se refere a um tipo de palmeira própria da região amazônica, sendo toponímia composta por muka, mboka (fenda) + i’wa (fruta, fruto).

d) Vila do Aê (4) – esta localidade odivelense resguarda um enigma em seu nome, uma vez que a origem pode estar vinculada tanto à cultura indígena quanto à

cultura afrodescendente. Quanto à primeira, sua referência é *añê* ‘gostar de, ser amigo de’ ou então *añé* ‘diferente, outro que não é igual a nós’. Uma possibilidade seria a referência que a comunidade indígena local, ou seus descendentes, fizeram quando do possível aparecimento de negros na região, uma vez que há forte indício de que escravos africanos se refugiaram na localidade, provenientes de fazendas da ilha de Marajó onde até o século XIX era grande o fluxo de escravos (BEZERRA NETO, 2012); ressalte-se também que o acesso ao Aê é através de igarapé que desagua na baía de Marajó, por onde, ainda hoje, existe rota de pescadores odivelenses que vão exercer sua atividade no litoral insular. Outra possibilidade, quanto à origem toponímica afrodescendente, é que na mitologia ioruba *aiê* (uma variação linguística da toponímia *Aê*) significa “este nosso mundo, o do tempo presente” (PRANDI, 2001, p.49); e ainda completa o autor: “o mundo das realizações, da felicidade, da plenitude é o mundo do presente, o *Aiê*” (*Idem*). Em nossa compreensão, enquanto abrigo para os negros escravizados e evadidos de seu cativeiro – possivelmente provenientes das fazendas da ilha de Marajó, na margem oposta à São Caetano de Odivelas, tendo por divisor as águas da baía de Marajó, ou rio Pará –, aquele território poderia significar o espaço de liberdade e a terra da promessa para suas realizações e vida digna.

e) Sítio Tapera (5) – esta localidade é um bairro da cidade de São Caetano de Odivelas, instalado em uma área mais retirada do centro da cidade, por isso aqui intitulado de sítio, não como vila. A toponímia é composição de *tape* (lugar, ou contração de táua ‘taba, povoado, terra, lugar’) + *uéra* (sufixo que designa participio abundancial, podendo ser o que foi ou o que havia em grande quantidade), com sentido de um lugar em que já houve habitação e presença de pessoas, mas agora encontra-se abandonado. Esta pode ser referência a um antigo aldeamento, em que não há mais indígenas no tempo presente. No entanto, não se pode esquecer da possibilidade de que “os indígenas, vez por outra, retornassem à antiga morada em busca de algo específico daquele lugar: poderia ser uma espécie vegetal, um tipo de caça, um curso d’água perene, o que fazia com que a propensão à ruína do lugar inexistisse” (FERNANDES, 2004, p.146). Daí que na mitologia indígena exista a figura da Matinta Perera, ou seja, o pássaro (*mati*, tipo de coruja) da tapera, no sentido de ser o protetor de aldeias provisoriamente desabitadas.

f) Vila Pererú (6) – esta toponímia adquire grande importância por se tratar de nome Karib, ou seja, de outro tronco linguístico que não do Tupi, grupo de etnias que era preponderante na região do litoral amazônico, especificamente o nordeste do Estado do Pará (na ilha do Marajó e na costa do Amapá a predominância era de indígenas do tronco Arawak). Isto pode significar a possível existência de relações transacionais entre indígenas de diferentes etnias no mesmo território, na perspectiva de entrelaçamento (*territorialité enchevêtrée*) de redes familiares extensas de etnias distintas, o que foi necessário para a manutenção e consolidação de ampla rede de intercâmbios recíprocos, o que favoreceu a posse e a gestão dos recursos naturais, assim como os conhecimentos

ontológicos, valores e princípios que orientaram a relação com o território (ÉTHIER, 2020). Por fim, a toponímia Karib *pererú* significa 'borboleta'.

g) Sítio Pirateua (7) – esta localidade é contígua à vila de Pererú, sendo um sítio em que os habitantes da vila ainda hoje mantêm roças e casas de farinha, além de ser entrada para uma ampla área de campos naturais, que permanecem boa parte do ano alagados, com boa disposição de peixes e pequenos mamíferos para caça, além de jacarés, cobras e pássaros. Por esta configuração fácil se torna entender que a toponímia se refere a um espaço de boa disposição de alimentos, daí ser *pirá* (peixe) + *teua* (variação de *tyua* 'lugar, sítio, terra' onde existe abundância de determinada coisa ou ser; aportuguesado, o sufixo derivou em *-deua*, *-tiba* e *-tuba*). Interessante observar que esta localidade é extensão do Pererú, nome oriundo de "borboleta", e este inseto, na cadeia alimentar, se dispõe como alimento de pássaros e estes de mamíferos e répteis, o que nos leva a crer em uma cadeia alimentar que gira em torno da região, em particular em torno dos campos alagados do Pererú.

h) Sítio Jacarequara (8) – localizado à beira dos campos naturais alagados do Pererú, mas em sentido oposto a esta vila, o sítio de Jacarequara já foi mais habitado, hoje dispondo de algumas poucas casas, em pequenas roças e terrenos privados. Sua etimologia vem de *yacaré* (o réptil jacaré) + *quara, coara* (sufixo que designa 'buraco, furo, abertura'), isto é, lugar de abrigo e esconderijo do jacaré, o que pode ser extensivo a outras espécies animais uma vez que o sufixo funciona, via de regra, para designar lugares de habitat de animais.

i) Passagem do Furo Seco (9) – este lugar não é exatamente um espaço com moradias e habitantes, mas nos referimos aqui por ser uma via crucial de trânsito entre o lado leste e oeste, e vice-versa, da região investigada. Também é importante dizer-se que também pode ser considerado como uma das cabeceiras do rio Barreta, que se interliga, por esta via, com o rio Mojuim. Há, em outro ponto de origem do Barreta, uma região designada como Anauerá, no município de Vigia. Esta localidade pode ser também outro ponto de interligação entre a sede do município e o rio Barreta, que daí alcançava o Mojuim, facilitando a navegação "por dentro" e encurtando o tempo de deslocamento entre Vigia e as vilas da bacia do rio Barreta. Por fim, vale dizer que a toponímia *anauerá* (ou sua variação *anauirá*) designa um tipo de árvore que fornece boa madeira para a construção naval.

Com este breve painel, sobre as toponímias da região investigada, podemos supor que: a) o nome dos lugares tem a ver com fontes alimentares e disposição de material necessário à sobrevivência das populações indígenas e ao domínio e proteção de seus territórios; e b) a disposição destes lugares, ao longo de cursos d'água de fácil deslocamento pelo território (rios Barreta, Mojuim e Mocapajuba, e ainda os Furos do Araciteua e Maripanema, por exemplo), estabelece uma rede de assentamentos que se comunicam, o que, provavelmente, favoreceu intercâmbios e negociações entre povos que viviam no mesmo espaço ou em espaços contíguos.

Evidentemente que faltam estudos mais acurados relacionados à arqueologia da região, que possam atestar nossas hipóteses, mas a toponímia, a disposição dos lugares, as práticas laborais e culturais dos nativos e a historiografia documental e o memorialismo local apontam para essa possibilidade de redes de contatos interétnicos das populações pré-colombianas presentes no estuário amazônico. Assentados em lugares privilegiados do estuário e litoral amazônicos, estes grupos, desde longínquo tempo, desenvolveram tecnologias que favoreceram a antropização de modo a garantir a sobrevivência, mas por outro lado nos legaram uma natureza biodiversa e de grande sustentabilidade. Hoje é consenso que boa parte da floresta amazônica foi gerada por mãos humanas, mediante as movências e sedentarização de diversos grupos étnicos ainda na fase pré-colombiana:

The current consensus among historical ecologists suggests that Amazonia is a complex mosaic of coupled human-natural systems, typical of anthropogenic biomes or anthromes globally, refuting earlier claims of uniform environmental limitations. Here, we summarize the nature and extent of these transformations during the Holocene to show that Amazonia was no more limiting than tropical forested regions elsewhere across the globe. Amazonia was domesticated before European conquest (CLEMENT ET ALL, 2015, p.1).

O estudo acima completa que muitas florestas aparentemente naturais, de hoje, foram domesticadas em diversos graus de distribuição e diversidade de plantas alteradas, dado que as árvores têm vida longa e se reproduzem tenazmente em terra preta, espaços privilegiados de existência de muitas árvores frutíferas encontradas nas localidades acima referidas no território odivelense. Nunca é demais reconhecer o que Lustosa já havia dito, na década de 1930 do século XX, acerca do conhecimento empírico e acumulado das populações locais, que acreditamos serem herdeiras diretas dos povos ameríndios: “Como se vê, o caboclo é muito observador. Vive estudando a natureza. Conhece os sinais de chuva e tempestade, a aproximação dos ventos e da calmaria” (1976, p.90).

CONCLUSÕES

É irrefutável a presença de povos e populações ameríndias na costa paraense e amazônica, provavelmente desde o período Holoceno, em média em torno de 5.500 anos BP (LOPES, FERNANDES, SILVA, 2020). Sendo longínqua a ocupação nesta parte da Amazônia é inevitável a presença de vestígios, que, mesmo ocultados pela forte colonização e pelos recorrentes processos de antropização, são encontrados acidentalmente, mas fornecem matéria bastante para o trabalho arqueológico. Exemplo é o trabalho de Mário Simões e Conceição Corrêa, do

Museu Paraense Emílio Goeldi, que estudaram sítios arqueológicos na região da vila de Marudá, no município de Marapanim, entre os anos de 1968-70. A partir daí apresentaram uma nova fase arqueológica, a Areão, com sítios localizados nas áreas de dunas e campos do município, em borda de manguezal, o que denota o aproveitamento pleno dos ecossistemas costeiros para a instalação de assentamentos, favorecidos pela diversidade de alimentos e abundância de águas. Dizem os autores a respeito das possíveis interpretações no padrão de povoamento dos dois sítios encontrados que "foram construídos sobre pequenas elevações do terreno, acima do nível máximo das inundações periódicas, e contornados parcialmente por mangues sazonais (...), sendo considerado por isso um provável sítio-acampamento" (CORRÊA & SIMÕES, 1971, pp.47-48).

O que fica de conclusivo é que há fortes indícios de ocupação da foz do rio Amazonas, notadamente a ilha de Marajó, em torno de 700 BP, com a fase Ananatubah (SCHAAN, 1997, p.81), mas estranhamente existe um hiato entre o oeste do litoral, a ilha de Marajó, e o lado leste, este referente ao litoral do nordeste do Estado do Pará e o noroeste do Maranhão, como se houvesse um total distanciamento entre as margens do rio Pará, diga-se baía do Marajó, e a incomunicabilidade de grupos étnicos Tupi e os demais, principalmente os Aruak. Acreditamos mesmo que mais do que a ausência de contatos e construção de redes o que existe é uma falta de investigação científica por desinteresse dos pesquisadores e financiamento de pesquisa, posto que todos os indícios aqui levantados – documentos e crônicas, toponímia, narrativa oral, cartografia, textos científicos – apontam para uma forte possibilidade dos contatos interétnicos, tanto na era pré-colombiana quanto na história colonial amazônica. Ao que parece, essa compreensão explica inclusive as relações transacionais entre autóctones e estrangeiros colonizadores, pela longa história de coexistência e miscigenação de diversos grupos humanos na Amazônia, resultando na "troca de experiências, valores e práticas em seus cotidianos de trabalho e comportamento face aos recursos ambientais e, ao mesmo tempo, refletidos nas práticas de grupos atuais, sobretudo daqueles dotados de tecnologia simples" (FURTADO, 2006, p.162).

Talvez uma das causas equivocadas dessa invisibilidade é a recorrente hipótese de que na região estuarina e litorânea da Amazônia não tenha havido sociedades complexas, consideradas como sociedades compostas por muitas aldeias obedientes a um chefe supremo, que controlava hierarquicamente chefes subordinados das aldeias: seria a estrutura de cacicados. Para a existência desse tipo de sociedade deveria haver grande densidade populacional em dada área, com possibilidade de fontes de subsistência bastantes para alimentar uma grande população circunscrita socialmente, com conseqüente circunscrição ambiental, a exemplo de grandes roçados de milho ou feijão, como fontes proteicas principais (CARNEIRO, 2007). Não de todo essa possibilidade está equivocada, mas ao seu lado nossa hipótese, para um estudo futuro, seria que a complexidade não deve ser tão somente relativa ao aspecto endógeno das sociedades, ou seja, de sua

conformação de classes ou de parentescos internamente, ao estilo de sociedades modernas ou arcaicas.

Contra essa complexidade concentrada e endógena, sugerimos uma possível complexidade dispersa ou exógena, em que os cursos d'água, vastíssimos e complexos na Amazônia, favoreceram as movências entre aldeias e, com isso, relações interétnicas em territorialidades entrelaçadas (*enchevêtrée*). Para Bezerra Neto, “a constituição de mocambos formados por índios, africanos e colonos brancos e mestiços de todos os tons constitui-se em exemplo dessa realidade” (2012, p105), no que entendemos que esta prática de trânsitos e negociações espaciais e étnicas tem sua ancoragem desde os grupos sociais ameríndios. E a navegação de beira-mar, ou “abeirando”, possivelmente foi uma das práticas e tecnologias privilegiadas para a construção de redes intergrupais e de favorecimento de uma realidade mais inclusiva, na era pré-colombiana, o que ainda hoje é recorrente entre os naturais da região ou que sobrevivem dela – os autóctones: *autó* ‘próprio’ + *kthōn* ‘terra’ –, que diariamente do jacumã de suas igratés são os argonautas do presente: Ave, Mucá!

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ribeiro do. Fundação de Belém do Pará; jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco, em 1616. Brasília: Senado Federal, 2004.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. No rio Amazonas (1859). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. Ensaio corográfico sobre a província do Pará. Brasília: Senado Federal, 2014.

BETTENDORFF, João Filipe. Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão. Brasília: Senado Federal, 2010.

BEZERRA NETO, José Maia. Escravidão negra no Pará (séculos XVII – XIX). Belém: Paka-Tatu, 2012.

BUENO, Silveira. Vocabulário Tupi-Guarani Português. São Paulo: Vidalivros, 2008.

CAPISTRANO DE ABREU. Caminhos antigos e povoamento do Brasil. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1930.

CARDOSO, Armando Levy. Toponímia brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

CARNEIRO, Robert L. A base ecológica dos cacicados amazônicos. Revista de Arqueologia, 20, pp. 117-154, 2007.

CLEMENT, Charles R. et All. 2015 The domestication of Amazonia before European conquest. *Proceedings of The Royal Society B: Biological Sciences*, 282: 20150813, 2015. Disponibilidade: <http://dx.doi.org/10.1098/rspb.2015.0813>. Consulta em 7/2/2022.

CORRÊA, Conceição G, SIMÕES, Mário F. Pesquisas arqueológicas na região do Salgado (Pará); a fase Areão do litoral de Marapanim. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, 48 (1), 1971.

CORRÊA, Conceição Gentil. Fases ceramistas não-sambaquieiras do litoral do Pará. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1985.

_____. Horticultores pré-históricos do litoral do Pará, Brasil. *Rev. Arqueol.*, v. 4, n. 2, p. 137-252, 1987.

DANIEL, João. Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DHN – Diretoria de Hidrografia e Navegação. Cartas de Corrente de Maré Rio Pará, de Salinópolis à Belém. *Marinha do Brasil*, 1962. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/chm/sites/www.marinha.mil.br.chm/files/u1974/ccm-salinopolis-a-belem.pdf>. Acesso em 14/4/2022.

ÉVREUX, Yves d'. Continuação da história das coisas mais memoráveis acontecidas no Maranhão nos anos 1613 e 1614. Brasília: Senado Federal, 2007.

ÉTHIER, Benoit. Analyzing entangled territorialities and Indigenous use of maps: Atikamekw Nehirowisiwok (Quebec, Canada) dynamics of territorial negotiations, frictions, and creativity. *The Canadian Geographer / Le Géographe canadien*, 2020, 64(1), pp.32–48.

ÉTHIER, Benoit, POIRIER, Silvie. Territorialité et territoires de chasse familiaux chez les Atikamekw Nehirowisiwok dans le contexte contemporain. *Anthropologica* 60 (1), 106-118, 2018.

FERNANDES, José Guilherme dos Santos. *Largueza e lassidão : a mitopoética do espaço das águas*. Belém : Universidade Federal do Pará, 2004. (Dissertação de Mestrado; Programa de Pós-Graduação em Letras).

FERREIRA, Elias Abner Coelho, GUZMÁN, Décio. Porque sem eles [...] é não terem asas para voar, nem pés para caminhar...": os índios remeiros na Amazônia colonial. Um estudo a partir da crônica do padre João Daniel (1741-1776). *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial*, Belém, 3 a 6 de setembro de 2012.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 1 (2), p. 159-172, maio-ago, 2006.

KAIFU, Yousuke, KUO, Tien-Hsia, KUBOTA, Yoshimi, JAN, Sen. Palaeolithic voyage for invisible islands beyond the horizon. Nature Research, Scientific Reports, 2020.

LOPES, Paulo Roberto do Canto. Caracterização do modo de vida dos sambaqueiros que ocuparam o litoral paraense: Quatipuru, Pará, Brasil. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

LOPES, Paulo Roberto do Canto; FERNANDES, J.G.S.; SILVA, Fernando Monteiro da. Povo do mangue: antropização e vestígios arqueológicos na Península Odivelense. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v.14, n.1, p.265-289, jan-jul/2020.

LUSTOSA, Dom Antonio de Almeida. No estuário amazônico. Belém : Conselho Estadual de Cultura, 1976.

MALINOWSKI, Bronislaw. Les argonautes du Pacifique occidental. Paris : Gallimard, 1989.

OLIVEIRA, Elisângela Regina de; SILVEIRA, Maura Imazio. A cerâmica mina no estado do Pará: oleiras das águas salobras da Amazônia. In: BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena Pinto; BETANCOURT, Carla Jaimes (Org.). Cerâmicas arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese. Belém: IPHAN; Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016. p. 125-146.

PRANDI, Reginaldo. O candomblé e o tempo: concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 16 (47), 2001.

ROOSEVELT, Anna Curtenius. Arqueologia amazônica. CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). História dos índios no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, 1992.

SOUZA FILHO, Pedro Walfir Martins. Costa de manguezais de macromaré da Amazônia: cenários morfológicos, mapeamento e quantificação de áreas usando dados de sensores remotos. Revista Brasileira de Geofísica, 23 (4), 427-435, 2005.

SILVEIRA, Maura Imazio da et al. O sítio Jabuti, em Bragança, Pará, no cenário arqueológico do litoral amazônico. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum., Belém, v. 6, n. 2, p. 335-345, maio/ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222011000200006>. Acesso em: dez. 2015.

SIMÕES, Mário Ferreira. A pesquisa arqueológica na Amazônia Legal brasileira. *Dédalo*, São Paulo, v. 17/18, p. 11-23, 1973.

_____. Coletores-pescadores ceramistas do litoral do Salgado (Pará). *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Antropol.*, Belém, n. 78, p. 1-32, 1981.

STRADELLI, Ermano. 1929. Vocabulários da língua geral português-nheêngatú e nheêngatúportuguês, precedidos de um esboço de Grammatica nheênga-umbuê-sáua mirí e seguidos de contos em língua geral nheêngatú porandua. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo 104, Volume 158, p. 9-768.

VIEIRA, Padre Antonio. *História do futuro*. Belém: SECULT, 1998.

Contato com o autor: Lyanh Lopes Pinto (lyanhlp320@gmail.com)

Recebido em: 01/09/2023

Aprovado em: 18/10/2023

ⁱ Segundo estimativa do IBGE (2019), a população do município é de 18.050 habitantes. A economia é baseada em pesca de diversas espécies e na coleta de crustáceos variados, em especial o caranguejo, que confere um simbolismo no estado como "o melhor" caranguejo do Pará. Esta atividade é mais intensa na região da Foz do rio Mojuim, principal curso d'água do município, que se projeta para o oceano, no sentido sul-norte. Nas cabeceiras deste rio, região conhecida como Alto Mojuim, é mais intensa a agricultura, de teor familiar. A origem da cidade remonta ao século XVIII, como fazenda de produção de víveres para a missão jesuíta instalada na vizinha cidade da Vigia, esta criada enquanto vila no ano de 1693 (BAENA, 2014). Mas ao que tudo indica, em estudos recentes de Lopes, Fernandes, Silva (2020), a área em que está assentada a cidade é de antropização bem mais antiga, da época pré-colonial, dada a recente descoberta de vestígios arqueológicos pré-colombianos no sítio Cachoeira.